Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 240: LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO IV 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 240 Brasília, 9 de agosto de 2024

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 31/07/2024.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 240: LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO IV

1. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, podendo aplicar, em caráter não exclusivo, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro, consoante se extrai da conjugada exegese dos arts. 82, § 3º, da Lei 10.233/2001 e 21 da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC - Tema n. 965).

Julgados: AgInt no REsp 1596586/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 17/11/2020; AREsp 1542556/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 11/10/2019; REsp 1588969/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 11/04/2018; AgInt no REsp 1580031/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/10/2016; REsp 1583822/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/06/2016; REsp 1591729/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/06/2016; REsp 1621733/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 08/08/2018

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 623) (Vide Pesquisa Pronta)(Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

2. A apresentação de resultado negativo em exame toxicológico de larga janela de detecção é obrigatória para a habilitação e para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação de motorista autônomo de transporte coletivo escolar.

Julgados: REsp 1834896/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 15/06/2022; REsp 1784041/PE (decisão monocrática), Rel. Ministro MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF5), PRIMEIRA TURMA, publicado em 30/06/2022; REsp 1741594/PE (decisão monocrática), Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 20/06/2022

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 740) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

3. A preclusão temporal prevista no CTB para indicação do condutor infrator refere-se apenas à esfera administrativa, porém não impede o direito de o proprietário do veículo, em fase judicial, comprovar o verdadeiro responsável pelo cometimento da infração de trânsito.

art. 257, § 7º, do CTB.

Julgados: AgInt nos EDcl no AREsp 1973726/SP, Rel. Ministro PAULO SÉRGIO DOMINGUES, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/02/2024; PUIL 1816/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 15/03/2022; AgInt nos EDcl no PUIL 1899/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 01/07/2021; AgInt no REsp 1825757/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/11/2019; PUIL 1501/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 04/11/2019; REsp 1774306/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 14/05/2019;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 407) (Vide Pesquisa Pronta)

4. O atraso, por parte de instituição financeira, na baixa de gravame de alienação fiduciária no registro de veículo não caracteriza, por si só, dano moral *in re ipsa* (Tese julgada sob o rito do art. 1.036 do CPC/2015 - TEMA n. 1078).

Julgados: AgInt no REsp 2004821/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 04/10/2022; REsp 1881456/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 07/12/2021; AgInt no AREsp 1733816/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 18/03/2021; AgInt no REsp 1695912/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 31/08/2020; AgInt no AREsp 1595006/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 02/04/2020; AgInt no AREsp 1375650/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 26/04/2019

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 721) (Vide Pesquisa Pronta) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

5. O registro do contrato de alienação fiduciária em garantia no certificado de registro e licenciamento de veículo não constitui requisito de validade do negócio jurídico nem condição de procedibilidade para ação de busca e apreensão.

Julgados: REsp 2095740/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 09/02/2024; REsp 1190372/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27/10/2015; AgRg no REsp 977998/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 19/02/2015; REsp 2130468/DF (decisão monocrática), Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, publicado em 02/05/2024; REsp 1975188/DF (decisão monocrática), Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, publicado em 25/03/2022; REsp 1961193/BA (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, publicado em 26/10/2021

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 800) (Vide Jurisprudência em Teses N. 80 - TEMA 8)

6. A transferência de propriedade de veículo automotor usado implica, obrigatoriamente, a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo - CRV, ainda que a aquisição tenha a finalidade de posterior revenda.

Julgados: AgInt no REsp 1921643/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 03/08/2021; REsp 1429799/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/03/2021;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 687)